

Relatório e Contas 2017

**Willis – Corretores de
seguros, S.A.**





Sobre a Willis Towers Watson

A Willis Towers Watson (NASDAQ: WLTW) é uma empresa global líder em consultoria, corretagem e soluções que apoia clientes em todo o mundo a transformar o risco num caminho para o crescimento. Com um percurso que data desde 1828, a Willis Towers Watson tem 39.000 colaboradores em mais de 120 países.

Desenhamos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizam os benefícios, promovem o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre o talentos, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho do negócio.

Juntos desbloqueamos potencial.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	49.293	38.624
Ativos Intangíveis	5	-	-
Ativos por impostos diferidos	7	150.488	144.582
Total do ativo não corrente		199.781	183.206
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	591.536	1.365.730
Estado e outros entes públicos	9	-	13.194
Acionistas	10	2.555.498	1.810.464
Outras contas a receber	8	861.188	312.728
Diferimentos	11	62.246	51.778
Caixa e depósitos bancários	4	2.432.302	2.903.711
Total do ativo corrente		6.502.770	6.457.605
Total do ativo		6.702.551	6.640.811
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600.000	600.000
Reserva legal	12	120.000	120.000
Resultado líquido do exercício		720.000	720.000
Total do capital próprio		1.794.200	1.363.840
		2.514.200	2.083.840
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	590.150	566.990
Total do passivo não corrente		590.150	566.990
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	15	2.321.341	2.712.325
Estado e outros entes públicos	9	430.214	220.876
Acionistas	10	268.553	458.706
Outras contas a pagar	15	578.093	593.149
Diferimentos		-	4.925
Total do passivo corrente		3.598.201	3.989.981
Total do passivo		4.188.351	4.556.971
Total do capital próprio e do passivo		6.702.551	6.640.811

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇOS

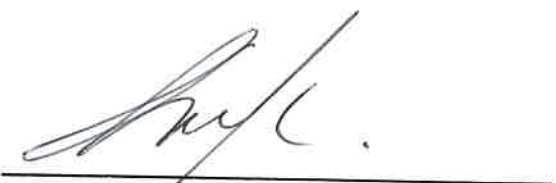
O Conselho de Administração:



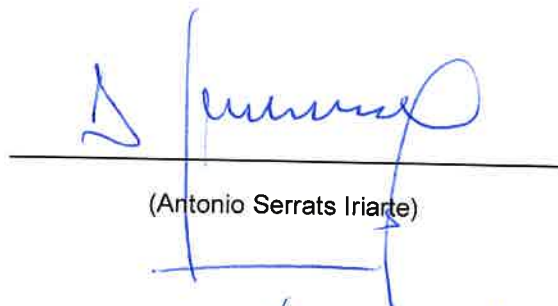
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



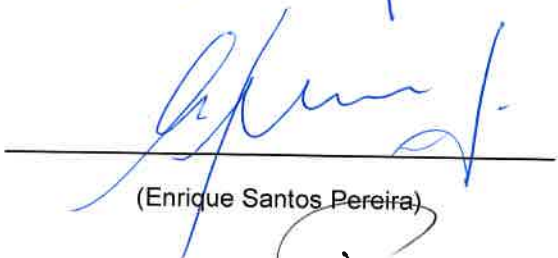
(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



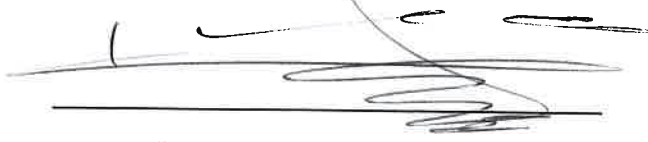
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

BALANÇOS

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Serviços prestados	16	7.617.606	6.811.791
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.270.197)	(1.541.014)
Gastos com o pessoal	18	(3.808.740)	(3.254.667)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(8.330)	(13.131)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(23.160)	(66.990)
Outros rendimentos e ganhos	19	11.755	20.212
Outros gastos e perdas	19	(122.475)	(141.242)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.398.459	1.814.959
Gastos de depreciação e de amortização	5	(17.203)	(14.412)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.381.256	1.800.547
Juros e rendimentos similares obtidos	20	36.718	27.477
Resultado antes de impostos		2.417.974	1.828.024
Impostos sobre o rendimento do exercício	21	(623.774)	(464.184)
Resultado líquido do exercício		1.794.200	1.363.840
Resultado por ação básico		15,0	11,4

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)

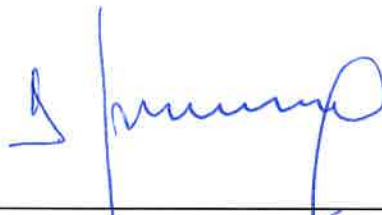


(Hugh Crispin Stilwell)

(Vice-Presidente)

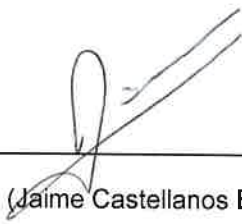


(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS


(Jaime Castellanos Borrego)


(Enrique Santos Pereira)


(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)


(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:


(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2015		600.000	120.000	1.651.092	2.371.092
Resultado líquido do exercício		-	-	1.363.840	1.363.840
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.651.092)	(1.651.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		600.000	120.000	1.363.840	2.083.840
Resultado líquido do exercício		-	-	1.794.200	1.794.200
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.363.840)	(1.363.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		600.000	120.000	1.794.200	2.514.200

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



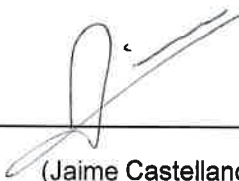
(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

B. 5



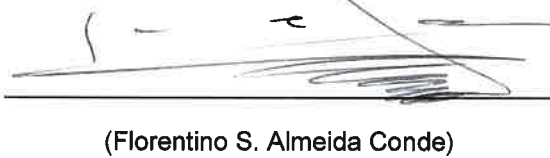
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A.

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

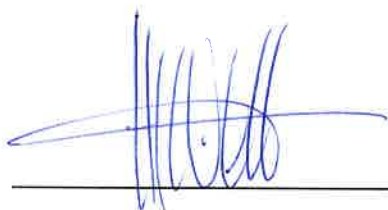
	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		7.831.199	7.594.259
Pagamentos a fornecedores		(1.703.533)	(1.380.155)
Pagamentos ao pessoal		(3.794.060)	(3.106.743)
Caixa gerada pelas operações		2.333.606	3.107.361
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(354.137)	(576.417)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4	(130.230)	378.926
Outros recebimentos / pagamentos		(356.931)	(392.281)
Fluxos das atividades operacionais [1]		1.492.308	2.517.589
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(28.480)	(13.716)
Acionistas		(2.543.493)	(2.571.973)
			(13.716)
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		1.805.148	66.609
Juros e rendimentos similares		36.718	24.530
		1.841.866	91.139
Fluxos das atividades de investimento [2]		(730.107)	77.423
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	12	(1.363.840)	(1.363.840)
			(1.651.092)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1.363.840)	(1.651.092)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(601.639)	943.920
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1.525.900	581.980
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	924.261	1.525.900

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

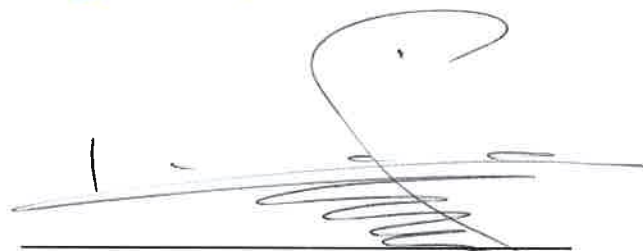
O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)


(António José Gomes de Madureira)
(Antonio Serrats Iriarte)
(Jaime Castellanos Borrego)
(Enrique Santos Pereira)
(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)
(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:


(Eulália Maria Machado Gomes)



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem no setor de seguros a partir da sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 49, 4º andar, 1250 -139 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 2º piso – Sala 8, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos em relação ao exercício de 2017, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Enquadramento Macroeconómico

Em 2017 a economia portuguesa cresceu 2,7% de acordo com os números apresentados pelo INE, o que representa um crescimento de 1,2% acima do valor apurado no ano anterior. Este crescimento resulta essencialmente do aumento da procura interna, refletindo-se numa aceleração do investimento. O crescimento de 2017 é o mais elevado desde 2000, ano em que se registou um valor de 3,8% de crescimento do PIB. Comparativamente a economia europeia cresceu 2,5% em 2017, de acordo com dados divulgados pelo Eurostat.

O impacto nas contas públicas é igualmente positivo verificando um recuo no défice orçamental para valores próximos dos 1,4% do PIB comparativamente aos 2,3% verificados em 2016, mantendo-se a política de consolidação orçamental que se tem verificado desde que Portugal foi intervencionado por entidades externas, devendo-se esta melhoria essencialmente ao crescimento robusto da receita (mais 4% face a 2016).

A taxa de desemprego mantém a sua trajetória descendente verificando-se este ano um percentual de 8,9% face ao valor de 11,1% verificado no ano anterior. Os preços em Portugal aceleraram em 2017, tendo a taxa de inflação média subido dos 0,6% em 2016 para 1,4%, muito devido ao bom desempenho da economia aliada ao consumo privado e ao disparo nos preços dos produtos energéticos.

2) Setor Segurador

De acordo com os dados publicados pela ASF os resultados líquidos das empresas de seguros em 2017 representam um valor global de cerca 350 milhões de euros, representando um crescimento de 120% face ao ano anterior.

O volume de prémios de seguro direto regista um valor na ordem dos 10,7 mil milhões de euros, representando um crescimento de 4,1% comparativamente a 2016, sendo que tanto os ramos Vida como Não Vida apresentam crescimentos de 3,2% e 5,6%, respetivamente.

Nos ramos Não Vida aqueles que mais contribuíram para o aumento verificado foram: Acidentes de Trabalho (11,5%), Saúde (8,8%) e Automóvel (3,9%), representando já mais de dois terços da carteira Não Vida.

3) Atividade Global

A Willis encerrou o ano de 2017 com um crescimento de 580.709 euros no resultado operacional face ao período homólogo, o que representou uma variação positiva de 32% nesta rubrica.

O fator que mais contribuiu para este incremento foi o negócio de corretagem de seguros e resseguros e de consultadoria, tendo o volume de negócios ascendido ao valor de 7.617.606 euros revelando um crescimento de 12% face ao ano de 2016.

Verificou-se um aumento significativo nos custos com pessoal na ordem dos 17% atenuando o impacto do crescimento do volume de negócios no resultado operacional.

RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016	
Serviços prestados	7.617.606	6.811.791	12%
Subsídios à exploração			
Fornecimentos e serviços externos	(1.270.197)	(1.541.014)	-18%
Gastos com o pessoal	(3.806.740)	(3.254.667)	17%
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	(8.330)	(13.131)	-37%
Provisões ((aumentos) / reduções)	(23.160)	(66.990)	-65%
Outros rendimentos e ganhos	11.755	20.212	-42%
Outros gastos e perdas	(122.475)	(141.242)	-13%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.398.459	1.814.959	32%
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	(17.203)	(14.412)	19%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.381.256	1.800.547	32%

Os excedentes de tesouraria são aplicados dentro do Grupo Willis Towers Watson os quais geram juros a favor da Willis. Em 2017 estes juros atingiram o valor de 36.718 euros representando um crescimento de 34% face ao ano transato.

4) Objetivos concretizados em 2017

- Continuamos a nossa tendência de crescimento sustentado. Este crescimento foi conseguido através de captação de novos clientes, das sinergias resultantes da nossa fusão com a Towers Watson e também pela correção em alta das condições de transferência de riscos.
- Conseguimos manter elevados rácios de retenção de clientes em carteira.
- Caminhamos no sentido de uma maior especialização de soluções para os nossos clientes e prospects.

5) Recursos Humanos

À semelhança dos anos transatos, também em 2017 criámos novos postos de trabalho, tendo crescido de 69 em 2016 para 71 no final de 2017.

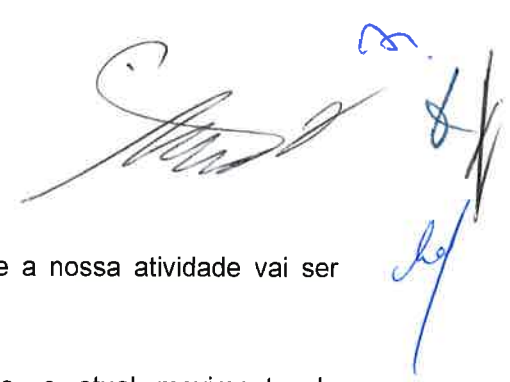
Durante 2016 os nossos colaboradores foram incentivados a participar ativamente nas seguintes ações de responsabilidade social:

- ✓ **Corrida Sempre Mulher** (2 abril 2017), fomos patrocinadores oficiais desta iniciativa que serve para angariação de fundos para a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama. Os nossos colaboradores aderiram ao desafio e participaram com muita boa disposição;
- ✓ **Wear it Pink** (31 outubro 2017), foi realizada uma ação de sensibilização sobre o cancro pelo Fundo IMM Laço. Os nossos colaboradores aceitaram o desafio de organizar uma venda de bolos para angariação de fundos que foram doados a esta associação;
- ✓ **Be bold for a Change** (8 março 2017), no âmbito do projeto de Inclusion & Diversity, foram várias as iniciativas sobre o dia da mulher, que culminaram com uma sessão com a embaixadora do Reino Unido em Portugal, que partilhou a sua experiência enquanto diplomata, mãe e mulher.

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Distribuição de Dividendos	1.794.200



7) Perspetivas futuras

Estamos confiantes para o ano de 2018, pese o facto de que a nossa atividade vai ser pautada por alguns desafios importantes.

Destes, salientamos a nova lei da distribuição de seguros, o atual movimento de concentração e consolidação do mercado segurador, o desafio da nova lei de Proteção de Dados e a correcção em alta das condições de alguns ramos de seguros.

Não vislumbramos ainda que a recuperação económica esteja a gerar novos investimentos que nos permita uma base alargada para apresentação das nossas soluções, pelo que continuamos a atuar num mercado cuja dimensão não se tem alterado muito.

Iremos continuar atentos a oportunidades de concentração no mercado de corretagem.

8) Informações Diversas

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 20 de março de 2018

O Conselho de Administração,



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)


(António José Gomes Madureira)
(Antonio Serrats Iriarte)
(Jaime Castellanos Borrego)
(Enrique Santos Pereira)
(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)
(Florentino S. Almeida Conde)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "NH.", "S.", and "Y".

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 20 de março de 2018.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Acionistas*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica "Acionistas", são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e

ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como "Gastos com o pessoal".

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	2017	2016
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 22.e)	1.508.041	1.377.811
· Fundos da atividade operacional	924.261	1.525.900
	<u>2.432.302</u>	<u>2.903.711</u>

São excluídos da rubrica de "Caixa e seus equivalentes", para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 22), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

2017									
	Saldo inicial						Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equipamento administrativo	479.940	(445.517)	34.423	27.872	(15.170)	(34.818)	472.994	(425.869)	47.125
Equipamento básico	50.844	(46.643)	4.201	-	(2.033)	-	50.844	(48.676)	2.168
	530.784	(492.160)	38.624	27.872	(17.203)	(34.818)	523.838	(474.545)	49.293
Ativos intangíveis									
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	245.904	(245.904)	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	776.688	(738.064)	38.624	27.872	(17.203)	(34.818)	769.742	(720.449)	49.293

2016									
	Saldo inicial						Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equipamento administrativo	466.265	(433.920)	32.345	13.716	(11.597)	(41)	479.940	(445.517)	34.423
Equipamento básico	50.844	(43.828)	7.016	-	(2.815)	-	50.844	(46.643)	4.201
	517.109	(477.748)	39.361	13.716	(14.412)	(41)	530.784	(492.160)	38.624
Ativos intangíveis									
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	245.904	(245.904)	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	763.013	(723.652)	39.361	13.716	(14.412)	(41)	776.688	(738.064)	38.624

No exercício de 2017 foi abatido equipamento administrativo no montante de 34.818 euros, os quais se encontravam totalmente depreciados.

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Até 1 ano	218.920	196.592
Entre 1 ano e 5 anos	122.750	275.956
	<u>341.670</u>	<u>472.548</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Pagamentos mínimos	228.239	224.608
Outros	695	18
	<u>228.933</u>	<u>224.626</u>

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos por impostos diferidos" corresponde a diferença temporárias derivadas de provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	144.582	150.535
Reforços (Nota 21)	5.906	17.082
Reduções (Nota 21)	-	(23.035)
	<u>150.488</u>	<u>144.582</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes						
· Conta corrente	573.409	-	573.409	1.289.365	-	1.289.365
· Clientes de cobrança duvidosa	37.307	(37.145)	162	40.915	(28.815)	12.100
· Outros valores a receber	17.965	-	17.965	64.265	-	64.265
	<u>628.681</u>	<u>(37.145)</u>	<u>591.536</u>	<u>1.394.545</u>	<u>(28.815)</u>	<u>1.365.730</u>
Outras contas a receber						
· Devedores por acréscimos de rendimentos						
· · Serviços prestados a faturar	833.862	-	833.862	286.463	-	286.463
· Outros devedores						
· · Cauções relativas a contratos de arrendamento	21.368	-	21.368	21.368	-	21.368
· · Adiantamentos ao pessoal	2.019	-	2.019	3.026	-	3.026
· · Outros	8.532	(4.593)	3.939	6.464	(4.593)	1.871
	<u>865.781</u>	<u>(4.593)</u>	<u>861.188</u>	<u>317.321</u>	<u>(4.593)</u>	<u>312.728</u>
	<u>1.494.462</u>	<u>(41.738)</u>	<u>1.452.724</u>	<u>1.711.866</u>	<u>(33.408)</u>	<u>1.678.458</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar" refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 126.955 euros e 80.294 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

O movimento ocorrido na perda por imparidade acumulada de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2017	2016
Clientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	28.815	20.277
Reforços	37.145	28.815
Reversões	(28.815)	(20.277)
	<u>37.145</u>	<u>28.815</u>
Outros devedores		
Saldo inicial	4.593	-
Reforços	-	4.593
	<u>4.593</u>	<u>4.593</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões da perda por imparidade acumulada de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 8.330 euros (13.131 euros em 2016) encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Saldos devedores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Pagamentos por conta	-	464.889
Retenções na fonte	-	6.536
Estimativa de imposto (Nota 21)	-	(458.231)
	<u>-</u>	<u>13.194</u>
<u>Saldos credores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 21)	629.680	-
Pagamentos por conta	(353.412)	-
Retenções na fonte	(13.919)	-
	<u>262.349</u>	<u>-</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	58.976	52.234
Contribuições para a Segurança Social	69.840	58.994
Imposto sobre o Valor Acrescentado	37.212	108.399
Outros impostos	1.837	1.249
	<u>430.214</u>	<u>220.876</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os membros dos órgãos sociais da Sociedade foram remunerados em 35.400 euros e 12.000 euros, respetivamente (Nota 18).

Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Willis Ibéria	5.221	182.783	-	-
Willis Group Services Limited	101.066	39.407	-	26.430
Willis Chile	15.520	-	15.520	-
Willis Minnesota Inc	2.206	-	-	-
Willis of Illinois, Inc	-	1.902	-	-
Willis AB	1.300	-	-	-
Grass Savoye France	1.142	-	37.917	-
Willis Itália	500	-	500	-
Willis Barcelona	-	-	-	24.414
Willis Global	-	-	16.800	3.564
Willis South Africa	-	-	-	7.000
Willis NY	-	-	3.557	-
Willis Amsterdam	-	-	3.000	-
Willis GmbH	-	-	3.000	-
	<u>126.955</u>	<u>224.092</u>	<u>80.294</u>	<u>61.408</u>
<u>Outros saldos</u>				
Willis Global Treasury Company	2.452.613	-	-	-
Willis Group Services Limited	-	268.553	1.714.268	458.706
Willis Ibéria	102.885	-	96.196	-
	<u>2.555.498</u>	<u>268.553</u>	<u>1.810.464</u>	<u>458.706</u>
	<u>2.682.453</u>	<u>492.645</u>	<u>1.890.758</u>	<u>520.114</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresenta um saldo ativo com a Willis Group Services Limited no montante 1.714.268 euros, que corresponde a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 20). No exercício de 2017, o empréstimo concedido foi transferido para a sociedade Willis Global Treasury Company, mantendo as mesmas condições contratuais, sendo que em 31 de dezembro de 2017, o empréstimo concedido totaliza o montante de 2.452.613 euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade mantinha um saldo passivo com a Willis Group Services Limited nos montantes de 268.553 euros e 458.706 euros, respetivamente, que corresponde ao valor dos gastos imputados à Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas “Clientes” e “Fornecedores”.

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2017	2016
Serviços prestados (Nota 16)	254.617	522.983
Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	(257.525)	(482.060)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	36.718	27.477
	<u>33.810</u>	<u>68.400</u>

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Seguros	18.070	22.818
Rendas	14.822	14.763
Fundo de Compensação do Trabalho	12.864	8.879
Outros custos diferidos	16.490	5.318
	<u>62.246</u>	<u>51.778</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada e é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A..

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação do resultado:

Nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas em 13 de abril de 2017 e 7 de abril de 2016 foi deliberado que os resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de

2016 e 31 de dezembro de 2015, nos montantes de 1.363.840 euros e 1.651.092 euros, respetivamente, fossem integralmente distribuídos aos Acionistas.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2017	2016
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	566.990	500.000
Reforços	23.160	66.990
	<u>590.150</u>	<u>566.990</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade.

14. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefícios definidos

Em exercícios anteriores, a Sociedade tinha relevado o compromisso de conceder aos participantes no seu plano (trabalhadores admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995), uma pensão de reforma por velhice atribuída sobre a forma de renda vitalícia (14 meses) na data normal da reforma, de acordo com os benefícios previstos pelo Contrato Coletivo de Trabalho (“CCT”) para a Indústria Seguradora.

No exercício de 2014 a Administração da Sociedade obteve clarificações através dos seus consultores legais, que deveria proceder à transição definitiva de todos os seus colaboradores para o CCT aplicável ao setor da mediação de seguros (celebrado pela APROSE), o qual não define que as mediadoras tenham de conceder qualquer reforma por velhice aos colaboradores. Contudo, atendendo à expectativa já criada nos seus colaboradores admitidos até 1995, a Administração da Sociedade decidiu continuar a assumir aquelas responsabilidades com os mesmos, até conclusão da avaliação de uma solução alternativa.

Durante 2016, a Sociedade alterou o plano de contribuições complementares de reforma atribuído aos seus colaboradores para um plano de contribuições definidas que abrange a totalidade dos seus colaboradores, tendo registado um ganho de 151.092 euros (Nota 18) resultante do desconhecimento das responsabilidades referentes ao anterior plano. Na sequência desta decisão, o património do Fundo passou a ser gerido pela Generali através da subscrição de unidades de participação de um seguro de capitalização gerido por esta entidade.

A Sociedade tinha ainda responsabilidades com pensões de reforma de pensionistas não abrangidos pelo plano, sendo que durante o exercício de 2016, em consequência do óbito do seu beneficiário, a Sociedade reconheceu estas responsabilidades, tendo registado um proveito de 37.947 euros (Nota 18).

Plano de contribuição definida de reforma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registou custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida de 100.000 euros, os quais foram reconhecidos em “Gastos com o pessoal” (Nota 18).

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores		
· Companhias de seguros (Nota 22)	2.255.125	2.597.506
· Outros fornecedores	66.216	114.819
	<u>2.321.341</u>	<u>2.712.325</u>
Outras contas a pagar		
· Credores por acréscimos de gastos		
· Remunerações e respetivos encargos	394.000	377.240
· Honorários	28.483	55.800
· Seguros	14.778	11.805
· Outros	86.778	56.513
· Credores (sub-agentes)	46.595	83.705
· Outros credores	7.459	8.086
	<u>578.093</u>	<u>593.149</u>
	<u>2.899.434</u>	<u>3.305.474</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecedores” inclui 224.092 euros e 61.408 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

16. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2017	2016
Atividade de corretagem	6.814.017	6.120.562
Honorários	803.589	691.229
	<u>7.617.606</u>	<u>6.811.791</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Atividade de corretagem” inclui 254.617 euros e 522.983 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Trabalhos especializados	487.808	685.933
Rendas e alugueres	302.936	292.366
Comissões	140.591	171.405
Deslocações e estadas	73.703	64.119
Comunicação	65.064	68.298
Despesas de representação	61.965	58.741
Seguros	42.684	70.179
Outros	95.446	129.973
	<u>1.270.197</u>	<u>1.541.014</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui 257.525 euros e 482.060 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo Willis (Nota 10).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	35.400	12.000
Remunerações do pessoal	2.366.064	2.258.671
Encargos sobre remunerações	555.659	536.615
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.184	10.637
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	100.000	-
Desreconhecimento de responsabilidades com pensões (Nota 14):		
. Responsabilidades do plano de contribuições complementares	-	(151.092)
. Responsabilidades de pensionistas não abrangidos pelo plano	-	(37.947)
Indemnizações	-	7.500
Outros	738.433	618.283
	<u>3.806.740</u>	<u>3.254.667</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 70 e 65 colaboradores, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros” inclui essencialmente gastos com vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade efetuou contribuições para o plano de contribuições definidas, que abrange a totalidade dos seus colaboradores, pelo montante de 100.000 euros (Nota 14).

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Subsídios à exploração	11.600	16.572
Diferenças de câmbio favoráveis	52	1.967
Outros rendimentos e ganhos	103	1.673
	<u>11.755</u>	<u>20.212</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	108.477	123.095
Outros gastos e perdas	13.998	18.147
	<u>122.475</u>	<u>141.242</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros gastos e perdas – Impostos" respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	36.718	27.477
	<u>36.718</u>	<u>27.477</u>

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2016 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 7%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em euros)

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2017	2016
Imposto corrente do exercício	629.680	458.231
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(5.906)	5.953
	<u>623.774</u>	<u>464.184</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	2.417.974	1.828.024
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	<u>544.044</u>	<u>411.305</u>
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	5.211	6.535
Diferenças permanentes (ii)	3.216	(26.059)
Tributações autónomas	48.546	59.213
Derrama estadual	28.663	7.237
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	<u>629.680</u>	<u>458.231</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2017	2016
Reforços / (Reversões) registados com provisões (Nota 13)	23.160	66.990
Pagamento ou colocação à disposição de pensões (Nota 14)	-	(37.947)
	<u>23.160</u>	<u>29.043</u>
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	<u>5.211</u>	<u>6.535</u>

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2017	2016
Benefícios fiscais	(20.990)	(33.495)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	6.560	(113.096)
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	8.095	7.246
Despesas não dedutíveis	19.395	23.275
Outros, líquidos	1.236	254
	<u>14.295</u>	<u>(115.816)</u>
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	<u>3.216</u>	<u>(26.059)</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego e atribuição de cheques creche aos colaboradores.

22. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Sociedade nas Notas 3.6 e 3.7.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios de 2017 e 2016 são em numerário e reconhecidas de acordo com as políticas definidas na Nota 3.6, encontrando-se a respetiva desagregação, por tipo de remuneração, apresentada na Nota 16 – Serviços prestados.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2017 e 2016 apresentam a seguinte composição:

	2017		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	144.157	5.466.946	5.611.104
Outros Mediadores	-	486.411	486.411
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	803.589	803.589
	<u>144.157</u>	<u>6.756.946</u>	<u>6.901.103</u>

	2016		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	155.001	6.266.936	6.421.937
Outros Mediadores	-	381.281	381.281
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	691.229	691.229
	<u>155.001</u>	<u>7.339.446</u>	<u>7.494.447</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2017 e 2016, independentemente do momento da sua liquidação ou do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2017 e 2016, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2017 e 2016 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2015	1.756.737
Movimento do ano (débito)	63.789.141
Movimento do ano (crédito)	(64.168.067)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2016 (Nota 4)	1.377.811
Movimento do ano (débito)	65.892.316
Movimento do ano (crédito)	(65.762.086)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2017 (Nota 4)	1.508.041

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos valores a receber, na Nota 8 – Clientes e outras contas a receber. A desagregação por origem dos valores a pagar encontra-se detalhada na Nota 15 – Fornecedores e outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em euros)

	2017		2016	
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 15)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 15)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	2.197.926	-	1.355.961
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	1.716.876	1.716.876	2.597.121	2.597.121
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(23.824)	-	(404.803)	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
• Já cobrados	-	(183.761)	-	(154.731)
• Por cobrar	-	(347.802)	-	(281.864)
Outros valores:				
• Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	265.863	-	305.989	-
• Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(1.181.504)	(1.057.741)	(957.179)	(865.162)
• Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	(148.081)	-	(164.466)	-
• Outros valores	(649)	(70.373)	17.883	(53.819)
	<u>628.681</u>	<u>2.255.125</u>	<u>1.394.545</u>	<u>2.597.506</u>

^(a) valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidadeh) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2017		2016	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	225.853	-	244.170	-
De 1 a 3 meses	64.747	-	108.754	-
De 3 a 6 meses	8.331	-	12.625	-
	<u>298.930</u>	<u>-</u>	<u>365.549</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	12.828	12.665	24.199	12.100
Entre 1 e 2 anos	7.874	7.875	15.630	110
Superior a 2 anos	32.125	16.605	16.605	16.605
	<u>52.827</u>	<u>37.145</u>	<u>56.434</u>	<u>28.815</u>
	<u>351.757</u>	<u>37.145</u>	<u>421.983</u>	<u>28.815</u>

i) Descrição de obrigações contingentes

Esta informação encontra-se detalhada nas Notas 13 – Provisões, 14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego e 23 – Outros assuntos.

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade apresentam a seguinte composição:

2017				
	Ramo		Total (Nota 22 c))	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	7.051	1.016.501	1.023.552	18,24%
Seguradoras Unidas	25.733	767.757	793.489	14,14%
Generali	-	744.215	744.215	13,26%
Allianz	5.582	623.525	629.108	11,21%
Zurich	-	357.211	357.211	6,37%
AIG	-	300.181	300.181	5,35%
COSEC	-	240.324	240.324	4,28%
Outros inferiores a 4%	105.791	1.417.233	1.523.024	27,14%
Total	144.157	5.466.946	5.611.104	100,00%

2016				
	Ramo		Total (Nota 22 c))	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	12.033	1.449.723	1.461.756	22,76%
Allianz	5.600	697.064	702.664	10,94%
Generali	-	614.942	614.942	9,58%
Cosec	-	491.703	491.703	7,66%
Açoreana	1.158	442.857	444.015	6,91%
Zurich	-	383.873	383.873	5,98%
Tranquilidade	-	297.477	297.477	4,63%
Lusitânia	-	294.036	294.036	4,58%
Outros inferiores a 4%	136.210	1.595.261	1.731.471	26,96%
Total	155.001	6.266.936	6.421.937	100,00%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2017 e 2016, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

23. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 19, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para

pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 18.760 euros ou, se superior, a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor de seguros pelos tomadores de seguros para serem entregues às seguradoras, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente. Excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2015 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data de balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração:


(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)
(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)
(António José Gomes de Madureira)
(Antonio Serrats Iriarte)
(Jaime Castellanos Borrego)
(Enrique Santos Pereira)

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em euros)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

**WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS,
S.A.**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 acompanhadas
da Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.702.551 euros e um total de capital próprio de 2.514.200 euros, incluindo um resultado líquido de 1.794.200 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por André Rafael Santos Prazeres Henriques, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Willis – Corretores de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por André Rafael Santos Prazeres Henriques